

# **A RELAÇÃO GÊNERO E DOCÊNCIA: A PRESENÇA DO PEDAGOGO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>**

***THE RELATION GENDER AND TEACHING: THE PRESENCE OF THE MALE PEDAGOGUE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION***

**ARCLEBIA RODRIGUES PINHO<sup>2</sup>**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

[arclebiarodrigues8@gmail.com](mailto:arclebiarodrigues8@gmail.com)

**ROSANGELA RIBEIRO DA SILVA<sup>3</sup>**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

[rosangelaribeiro@unilab.edu.br](mailto:rosangelaribeiro@unilab.edu.br)

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a ausência do pedagogo do sexo masculino na educação infantil, ao mesmo tempo que busca-se discutir sobre como o educar e cuidar foram atribuídas às mulheres, as estigmas na educação infantil e com se dá as relações familiares na educação infantil. A metodologia deste trabalho enquadra-se com uma análise qualitativa e bibliográfica, tendo como campo teórico a partir dos autores como Débora Sayão (2005), Luís Henrique Alves (2021) e Eleanor Burke Leacock<sup>4</sup> (2019), dentre outros. Embora haja escassez de estudos voltados para a temática, acreditamos que a pesquisa poderá contribuir para a discussão sobre as questões de gênero e da presença e permanência de um pedagogo do sexo masculino em sala de aula da educação infantil, pois essa presença poderá proporcionar muitas experiências e vivências que no futuro farão muita diferença na vida estudantil das crianças a partir desse nível de ensino.

**Palavras-chave:** Educação infantil. Pedagogo Homem. Trabalho Feminino. Gênero.

## **ABSTRACT**

---

<sup>1</sup> Artigo submetido a Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco, ISSN 2316-7297, como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia na Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura em Pedagogia e Bacharel em Humanidades na Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

<sup>3</sup> Orientadora e Professora Adjunta do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

<sup>4</sup> Salientamos a importância de se discutir este tema, no qual buscamos, outrossim, contribuir com os estudos da linha de pesquisa Gênero e Raça: fundamentos onto-históricos na sociedade de Classes, do Grupo Interdisciplinar Marxista, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), bem como romper com paradigmas que fortalecem o sexismo e a subalternidade da força de trabalho feminino na educação infantil.

This article aims to reflect on the absence of the male pedagogue in early childhood education, while it seeks to discuss how to educate and care were assigned to women, the stigmas in early childhood education and how it gives the family relationships in early childhood education. The methodology of this work is framed with a qualitative and bibliographic analysis, having as theoretical field from authors such as Débora Sayão (2005), Luís Henrique Alves (2021) and Eleanor Burke Leacock (2019), among others. Although there is a lack of studies on the theme, we believe that this research can contribute to the discussion about gender issues and the presence and permanence of a male pedagogue in the classroom of early childhood education, because this presence can provide many experiences and experiences that in the future will make much difference in the student life of children from this level of education.

**Keywords:** Early childhood education. Pedagogue, Male. Feminine Work. Gender.

## 1. Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a presença do pedagogo homem na educação infantil, evidenciando os limites da docência nesse campo de atuação no ambiente escolar, assim como, discutir sobre as premissas do educar e do cuidar atribuídas às mulheres, os mecanismos de superação dos estigmas na educação infantil e como as relações familiares estão atrelados nesse cuidar. Neste sentido, pretendemos investigar as raízes históricas do preconceito contra a presença masculina do pedagogo na educação escolar infantil e a relação com a desvalorização do magistério na sociedade capitalista.

O interesse pelo tema parte das experiências vivenciadas em dois Centros de Educação Infantil (C.E.I) no município de Redenção<sup>5</sup>, em especial a Centro Educacional Infantil Francisca Arruda de Pontes, localizada no Maciço de Baturité, interior do Ceará, há pouco mais de 60 quilômetros de distância da capital, Fortaleza.

A creche contava em seu quadro de funcionários com doze professoras do sexo feminino e nenhum do sexo masculino, os homens que atuam na instituição estão divididos entre, zelador, porteiro e gestor da creche, funções essas que não necessitam de tanto contato com as crianças,

---

<sup>5</sup> A C.E.I Francisca Arruda de Pontes está localizada no Centro da cidade de Redenção- Ce e a C.E.I Nossa Senhora de Lurdes na serra do Guassi, interior da cidade.

até mesmo o gestor que tem sua formação em pedagogia quando contratado não passou pelas salas de aula, uma forma de redirecioná-lo para outra função.

Após alguns meses retornei à escola como estagiária de apoio pedagógico (cuidadora de crianças com deficiência) e foi nesse período que pude perceber algumas atitudes e falas machistas e misóginas vindo por parte do gestor, e isso me inquietou, pois, a presença de um estagiário do sexo masculino o inquietou bastante. O estagiário passou a cuidar de um menino, o mesmo era muito independente e quase não necessitava de ajuda para ir ao banheiro, comer, não precisava trocar fraldas, o conselho foi que ele apenas olhava a criança, uma forma de não manter muito contato.

Durante uma conversa com o gestor, onde relatei que não conseguiria cuidar de uma criança por motivos de saúde, pois a criança precisava de alguém com força para pegá-la do chão, fui informada que aquilo seria impossível, pois na creche dele não trabalhava homens e se trabalhasse teria que ter traços femininos. Tal comentário me deixou intrigada, pois o mesmo era um homem que estava na gestão da escola, passava por muitos estigmas para estar ali, e esta fala machista me levou a fazer uma pesquisa bibliográfica para buscar entender como esse cuidar se denominou feminino e como o homem foi perdendo espaço nesse campo da vida humana, e se em algum momento histórico assumiu este nível do ensino escolar.

Com base em observações realizadas tanto em Estágio Supervisionado, quanto numa atividade como cuidadora em sala de aula, pude perceber que o desafio de ser pedagoga, pedagogo atuante na educação infantil se inicia antes mesmo da docência como profissional efetivo numa escola. Como pode ser observado, são práticas da gestão escolar que podem ser consideradas preconceituosas, sexistas, pois muitos estagiários são rejeitados nas escolas do Maciço de Baturité, em estágios supervisionados dos cursos de licenciatura em Pedagogia por serem do sexo masculino, pelo fato da coordenação chegar ao absurdo de verbalizar a sua preferência por estagiário/homem que seja “mais delicado e que tenha traços que lembrem ou se remetem às mulheres”, o que nos atordoia pela perplexidade que isso nos causa.

Enquanto pesquisadora, pude presenciar tais posturas, nas quais o diretor de uma creche afirmou que na escola dele não trabalhavam homens, somente se o mesmo fosse “afeminado e delicado como uma mulher”, pois, para ele “um homem não seria capaz de realizar as mesmas tarefas como uma mulher”.

Como mencionado acima, esta pesquisa foi motivada por uma inquietação, por perguntas, que na maioria das vezes, não tinham respostas, ou que não eram compreendidas, ou seja, a curiosidade por buscar entender o porquê o cuidar e o educar foi historicamente delegado somente ao sexo feminino, às mulheres, bem como qual seria a concepção de educação na infância nos espaços escolares. Nem sempre foi função somente das mulheres cuidar das crianças, como podemos perceber na pesquisa de Leacock (2019)<sup>6</sup>, que assegura que antes do período da colonização em comunidades comunais indígenas no Canadá, como os Montagnais Naskapi, cabia aos homens, também, cuidar e educar as crianças, que eram responsabilidade de toda a comunidade.

Ao debruçar-nos, minimamente, pois trata-se de um estudo inicial das diferenças de gênero neste nível de ensino, entendemos que a ampliação dos estudos nesta temática nos direciona a uma problemática, nos quais apontam que, segundo os dados abordados por Fávoro (2020, p. 6), no Brasil existem 640.314 professores atuando na educação infantil (creche e pré-escola), sendo que, desse total apenas 25.440 são do sexo masculino, ou seja, apenas 3,97% do total de profissionais.

A relevância deste estudo para o meio acadêmico e social encontra-se nas discussões sobre as dificuldades enfrentadas pelo profissional do magistério do sexo masculino, que na busca por exercer sua profissão acaba enfrentando muitos desafios, tais como a total recusa da sua presença em espaços escolares como a sala de educação infantil, na qual, muitas vezes, vem a ser a causa da sua desistência do magistério.

---

<sup>6</sup> Conferir na obra *Mitos da Dominação Masculina: Uma Coletânea de Artigos sobre Mulheres numa Perspectiva Transcultural*, 2019.

Este trabalho parte de uma análise qualitativa e bibliográfica com ênfase nos desafios encontrados pelo pedagogo do sexo masculino no ambiente escolar da educação infantil. Onde autores como Sayão (2005), Leacock (2019), Alves (2021) e outros fortaleceram a pesquisa, onde os mesmos vem abordar como se desenvolveu o papel feminino na educação e como o homem foi perdendo esse espaço e que mesmo depois de muitos anos ainda encontram resistências para adentrar na educação infantil, isso visto que os estigmas relacionados ao homem com a educação infantil são fatores criados nos tempos da colonização e que são preservados até os dias de hoje.

Diante dessa problemática que perpassa a questão de gênero, visto que a presença masculina na educação infantil é algo que poderá marcar de várias maneiras a vida de uma criança, como bem afirma Alves (2021) a seguir:

Além da simples presença do homem servir como modelo e referência para a formação plena da criança, pode-se perceber também que a forma de criação, muitas vezes diferenciada, pode proporcionar experiências enriquecedoras para a criança. (ALVES, 2021. p .17).

De acordo com o autor (2021) é possível apreender que o contato com a educação de outros gêneros, além do feminino, as crianças poderão ter outras referências no processo de formação humana, com a possibilidade enriquecedora das vivências educativas.

Vivemos em uma sociedade patriarcal, machista e separatista, onde muitos acreditam ter coisas de homens, que são diferentes de coisas de mulheres, e inserir o profissional pedagogo homem em sala de aula, principalmente, de educação infantil, é um grande exemplo de quebra de paradigmas, é mostrar a essas crianças que homens e mulheres podem, sim, e, devem realizar as mesmas atividades educacionais, pelo ato de educar as crianças, demonstrando que o homem, bem como outros gêneros também podem realizar com a mesma responsabilidade, eficiência, eficácia e profissionalismo o cuidar, ensinar e brincar.

## **2. A Mulher e a tarefa de cuidar e educar as crianças: uma construção social e desigual**

A sociedade nem sempre foi organizada em termos políticos, mas sim sociais, e que mesmo havendo divisão pelo sexo, não havia submissão de um sexo pelo outro (LEACOCK, 2019). O longo período de colonização foi o principal fator da organização social na qual vivemos hoje, pois antes desse intenso e longo período histórico as mulheres viviam em uma sociedade igualitária, onde todas eram tratadas com igualdade e tinham papéis importantes junto aos homens para a manutenção da vida em comunidade, e, com a chegada do colonizador essa forma de organização social foi mudando, sob formas ideológicas e violentas, nas quais as mulheres passaram a se ver escravas e submissas, e “os termos do poder vão surgindo aos poucos” (2019, p. 144).

Levados a comparar as distintas sociedades em tempos de colonização vale a pena ressaltar o período de colonização sofrido pelos povos Montagnais-Naskapi do Canadá, onde os mesmos tiveram drásticas mudanças comportamentais e sociais com a presença e influência do colonizador em sua sociedade, sociedade essa que antes da colonização as mulheres tinham papéis importantes e de lideranças, e como as crianças, eram livres, não sofriam punições, nem qualquer forma de violência (LEACOCK, 2019).

A autora assinala, ainda, que isso não quer dizer que aqueles povos eram livres de contradições, afinal o igualitarismo não era livre das problemáticas, mas em nome da sobrevivência, eram convocados a ser cooperativos.

Como dito anteriormente, após o longo processo violento e ideológico pela dimensão religiosa, as mulheres passaram a ser subalternizadas e a serem tratadas como escravas, as mulheres que antes tinham uma posição de respeito passaram a ser demonizadas e diariamente culpabilizadas pelos problemas enfrentados pela comunidade.

Todavia, no curso dos fracassos e confusões organizacionais dos países capitalistas avançados, a exploração passou a ser definida como algo essencialmente relativo aos brancos e aos homens. Seduzidos pelo estratagema dividir-para-dominar, gerado de modo constante pela competitividade inerente à estrutura capitalista e conscientemente reiterado pelos vassalos dos poderosos, estudiosos e pretensos revolucionários brancos e machos foram subornados pelo deplorável envolvimento com opressões pessoais e patéticas e, perplexos, passaram a analisar a sociedade à sua própria imagem, aí incluída a própria natureza da exploração. (LEACOCK, 2019, P. 49).

O real plano jesuítico era dividir para dominar, por isso eles iniciaram com a divisão de um povo, onde antes os assuntos e problemas eram resolvidos por todos passou a ser resolvidos por um representante da igreja católica, mesmo que indiretamente os padres jesuítas passaram a se relacionar nos problemas e soluções desses povos, onde passaram a transformar os Montagnais-Naskapi em uma sociedade dominada pelos princípios da igreja, onde o homem era o centro e o detentor de todo o poder.

Desta forma, as opressões de classe, gênero e raça, como conjunto de opressões necessárias ao processo de produção capitalista causou e vem causando sérias formas de degenerescências do gênero humano, nas nossas individualidades, sendo crucial entendermos a origem e como se deu o nascimento de uma sociedade tão desigual, opressora. É importante porque busca-se as raízes de como se deu o caminho de uma sociedade na qual homens e mulheres se responsabilizavam coletivamente, por exemplo, pelos cuidados e pela educação das crianças, dentre outras organizações, para uma sociedade de dominação masculina, a qual, de acordo com estudos como os de Leacock (2019), demonstra que a mesma não é um dado natural, muito menos universal, enquanto categoria necessária a qualquer forma de produção da existência, mas é um construto social.

No Brasil a história não foi diferente, os colonizadores levados pela ganância de conquistar e dividir, iniciaram pela divisão de povos originários, e mais tarde com os e países africanos para a exploração dos mesmos, com isso muitos dos povos nativos passaram a ser escravizados, com o plano de dominação em andamento se viu a necessidade de catequizar e civilizar, tanto os indígenas quanto os povos escravizados vindos de África, que passaram por esse violento e cruel processo.

Naquela época somente os homens brancos e livres tinham acesso à educação escolar e poderiam aprender ou ensinar. Somente a classe alta, a elite aristocrática tinha tal privilégio, e quando as classes pobres, como a população indígena chegaram a ter o mínimo acesso à educação (a catequese) era pela possibilidade de se tornarem mais passivos, dóceis e obedientes ao projeto colonizador em curso.

Desta forma, o trabalho de ensinar era de responsabilidade, apenas, dos padres jesuítas, pois para as mulheres brancas, quer fossem filhas ou esposas dos aristocratas, a formação era para o casamento e para as mulheres negras só lhe era permitido o cuidar, a realização das atividades domésticas, e se fossem mulheres negras escravizadas, consideradas inferiores lhes restava os trabalhos mais servis e desumanos possíveis, onde muitas perderam suas vidas por consequência das condições de trabalho.

Como projeto de expansão de riquezas, não foi diferente no Brasil as estratégias de colonização e de industrialização, num contexto de uma sociedade escravagista a tarefa de catequizar, num primeiro período, e educar para o trabalho, num posterior período histórico. A educação sistematizada não foi um benefício recebido por todos, somente os nobres e homens podiam ser alfabetizados, negado às mulheres e crianças pobres, e àquelas, a obrigação de aprender sobre as tarefas domésticas, como cuidar da casa, marido e filhos.

Após o longo processo de colonização aliado ao de escravização no Brasil, o início da industrialização tardia (este não foi um processo uniforme em todos os espaços do mundo), a mesma passa a exigir mão de obra adequada para o manuseio das máquinas e o conhecimento mínimo necessário para isso, absorvendo grande parte da força de trabalho masculina, a tarefa de cuidar e de educar ficou somente para as mulheres. Estas continuaram fora da escolarização naquele contexto.

Com a modernização da sociedade, o rebaixamento de salários nas indústrias e fábricas, passou-se a contratar mão de obra feminina, junto a necessidade de as mulheres pobres saírem de casa para buscar trabalho remunerado, as mulheres mães precisavam deixar os filhos sob os cuidados de outras mulheres. Desta forma, a cultura do cuidar feminino foi fortalecida por concepções patriarcais, machistas e antiquadas que seguiram ganhando força.

Entende-se que no caso da sociedade brasileira foi, também, desenvolvida com o sofrimento de muitas mulheres, sofrimento esse causado pelo machismo e misoginia, violência e discriminação que se enraizaram e criaram força, na qual a sociedade ainda guarda seus princípios.



O acesso ao conhecimento sistematizado era muito limitado, e inacessível para a população negra e indígena, e a primeira brasileira a se apropriar da leitura e da escrita era filha de um colonizador com uma índia, muito de sua história não é revelada, pois além de se tratar de uma mulher e indígena, Madalena Caramuru era filha renegada de seu pai. Apesar de todos os atritos familiares, Madalena casou-se com um homem nobre no qual lhe ensinou a ler e escrever, algo que para a época era muito contraditório, já que o direito à alfabetização era negado para as mulheres, e somente os homens brancos poderiam frequentar a academia.

A prova de que ela seria a primeira pessoa a ser alfabetizada no Brasil é uma carta escrita e enviada no dia 26 de março de 1561 ao bispo de Salvador (alguns dizem ao Padre Manoel de Nóbrega). Portanto essa missiva seria o primeiro documento escrito por um brasileiro, no caso do gênero feminino. (RIBEIRO, 2006, p. 11).

Nessa carta enviada ao bispo, Madalena denunciava a forma como os traficantes de escravos tratavam as crianças, essa carta foi a primeira a ser escrita e enviada por alguém que não era natural de Portugal, ao se tratar de uma escrita realizada por uma mulher esse fato acabou sendo encoberto e tratado como uma inverdade, esse não foi o único fato histórico escondido dos livros e registros da história, por muito tempo as mulheres foram apagadas da história e tiveram suas lutas e conquistas negligenciadas, e isso dificulta bastante no que se refere à representatividade e reconhecimento alcançados por elas ao longo dos anos.

Como vimos, no período pós colonização a situação da mulher ainda era muito complicada, para as mais ricas a situação não havia mudado muito, a única forma de trabalho para além do doméstico elas conseguiam realizar vendas de produtos artesanais confeccionados por elas mesmas. Para as mais pobres a situação ainda era bastante difícil e precária, onde muitas trabalhavam em fazendas para obter o direito à moradia e sustentar a família, esses trabalhos pagavam pouco e na época os direitos humanos eram inexistentes para aquela parcela da população, ainda mais, quando se falava em mulher, pois para toda a sociedade a mulher deveria ser subordinada aos homens. A situação piorava quando se tratava de mulher negra<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Dado os limites da nossa escrita, não traremos análises mais substanciais sobre o status que a mulher negra vivenciou nesse longo e doloroso processo, mesmo com o entendimento da sua grandeza e importância.

### 3. As Relações Familiares e a Educação das Crianças

Vimos na seção anterior que foi dado às mulheres a tarefa de cuidar das crianças, também, de outras mulheres que conseguiram espaço no mundo do trabalho, e esse entendimento vai se tornando pela força das ideias algo naturalizado. Neste tópico buscamos a compreensão da representação social das crianças pobres e das famílias daquele contexto histórico, social e econômico no Brasil. Na obra *Infância, escola e pobreza* (2002) a autora retrata as dificuldades e as condições das crianças pobres no Brasil durante o início da industrialização no país, a autora busca mostrar diferentes realidades a partir da leitura de grandes clássicos como, *o Menino de engenho* (1932) *Muleque Ricardo* (1935) *Usina* (1936) de José Lins, *Vidas Secas* (1938) e *infância* (1945) Graciliano Ramos entre outros autores que corroboram com o estudo da obra.

As famílias são quase sempre consideradas nessa forma nuclear ampliada, as relações familiares implicam uma série de papéis sociais desempenhados pelos seus membros. (TORZONI-REIS, 2002. p. 50)

Nesse trecho da obra a autora destaca o modelo de família nuclear ampliada vem a atuar em distintos papéis sociais, onde muitas das crianças fazem trabalhos braçais iguais aos adultos para ajudar na renda da família, onde a maioria não tinha direito à escola ou quando as condições eram bem mais precárias.

Quanto às ideias de famílias ampliadas, são formulações que nos remetem à pesquisa de Leacock (2019) sobre os povos da Península do Labrador, Canadá, os Montagnais-Naskapis, quando a autora descreve acerca do sistema familiar até o século XVIII e XIX, que era nuclear, onde todos tinham papéis importantes e igualitários para a manutenção da vida da comunidade, a diferença se dá pelo fato das mulheres e crianças daquele lugar serem livres e as mulheres assumirem papéis de destaque e importância na comunidade. A divisão do trabalho por sexo não diminuía o status das mulheres naquele período histórico.

Isso nos leva a considerar o quanto os modos de produção da existência humana, nos seus distintos períodos históricos, seja no igualitarismo, escravismo, feudalismo, ao capitalismo, em seu estágio de expansão e acumulação do capital produziram mudanças, também, em relação às

representações sociais, mudança dos modelos de família e de status das mulheres e das crianças, a exemplo, a revolução industrial que reverteu papéis e instaurou longos e violentos processos de discriminação, escravização e subalternidade das mulheres. Torzoni-Reis bem declara:

Os trechos dos contos e romances expressam o conteúdo das atitudes discriminatórias sobre a presença das mulheres nas escolas. Vemos principalmente em *Anarquistas, graças a Deus* (Gattai, 1986) e *O gororoba* (Palhano 1931) que, enquanto para as meninas das famílias pobres a escola só era pensada para a aprendizagem de trabalhos domésticos, para as mulheres das classes privilegiadas a escolarização consentida tinha função de formá-las professoras, pois, do ponto de vista social, o papel de professora assemelha-se ao papel de mãe, principalmente papel das mulheres nas famílias burguesas. (TORZONI-REIS, 2002, p. 76).

Para as mulheres pobres no Brasil, a falta de oportunidades eram ainda mais escassas, pois, após muitas lutas, para as mulheres de classe privilegiada, a elite, ainda lhes eram asseguradas a oportunidade de estudar e poder trabalhar como professora, por exemplo, e para as mais pobres às fábricas eram a única opção de trabalho remunerado, sem contar o fato que muitas nem a oportunidade de frequentar a escola tiveram.

Se as elites masculinas ingressavam no ensino secundário para chegar ao ensino superior, à parte das elites femininas restava o ensino normal, e para a população pobre, o ensino industrial, comercial ou agrícola, como convinha à estratificação social desejada para a modernização da sociedade brasileira. (TORZONI-REIS, 2002, p. 73).

Como já mencionado acima, para a população pobre restava os trabalhos mais braçais e de difícil execução, sem mais oportunidades a população não conseguia mudar seu status social, quem nascia pobre morria pobre, enquanto os ricos se tornavam mais ricos, isso proporcionados por trabalho de homens, mulheres e crianças que buscavam nas fábricas os meios de sobrevivência da família. Nesse mesmo período, o trabalho foi classificado como produtivo e improdutivo, e as mulheres foram designadas para as atividades improdutivas como por exemplo, as salas de aula e até mesmo de volta para casa.

O papel da mulher enquanto produtora de trabalho improdutivo e sempre voltadas para o cuidar, lhe era designada na hora do nascimento, durante muitos anos o nascimento de uma mulher na família era visto como um gasto a mais e que não gerava retorno para os pais e por

essa falta de retorno que elas enquanto mulheres teriam que se dedicar aos trabalhos domésticos e para as mais pobres o trabalho em fábricas.

Nesse sentido, percebemos que à maioria das mulheres eram negadas o direito à educação e a grande maioria eram analfabetas, era difícil mudar aquela realidade, e com a chegada da revolução industrial esse cenário foi mudando e as mulheres passaram a lutar por igualdade e oportunidades igualitárias e assim foram construindo novas oportunidades, mesmo em meio a conflitos e contradições.

#### **4. Cuidar e Educar na Educação Infantil: pela igualdade de gênero**

Com a conquista de adentrar espaços escolares, as mulheres e crianças pobres depararam-se com outras problemáticas, que ao longo do tempo vem se complexificando. É o que discutiremos aqui na seção sobre o educar e o cuidar feminino na escola, especificamente, na educação infantil. A escola como já sabemos é um espaço de formação de indivíduos, isso nos leva a pensar o quanto os corpos que não se encaixam nos padrões exigidos socialmente são forçados a se moldarem para adentrar em um modelo que seja ou busque ser aceito, e quando a ruptura desse padrão é posta por esses corpos sejam eles feminino ou masculino são marcadas e discriminadas.

Nesse tipo de ideologia que a sociedade se baseou por muitos anos e com isso gerou todos os estigmas que nos deparamos hoje em dia, uma sociedade separada a partir do gênero, da classe e da raça/etnia, e essa divisão vai muito além da divisão de trabalho, ela acarreta na distribuição de oportunidades, segurança, salário e entre outras coisas. A forma como a mulher foi destinada às salas de aula por ser algo "maternal" e não por uma questão ideológica, a forma como os homens, que ousam adentrar esse espaço de trabalho são tratados e julgados ao se dedicar ao trabalho com criança no infantil.

São sequelas de um sistema de discriminação e preconceitos, um sistema misógino, machista, racista, e que desde o início buscou controlar corpos e rotulá-los com a intenção de tê-los submissos e pacificados.

A educação infantil e as ideias amplamente propagadas do instinto materno e de cuidado sobre a criança se deu pela necessidade das mães saírem de casa para o mundo do trabalho formal. Segundo Luiz Henrique Alves (2021, p.7), “inicialmente surgiu os primeiros arranjos de trabalho voltado para a área do cuidado com a criança e posteriormente seria conhecida como educação infantil, chamado mães mercenárias” (apud MACHADO, 2009, p.80), que eram mulheres que não tiveram acesso ao trabalho em fábricas, e se dedicaram no cuidado de crianças cuja as mães assumiram uma jornada de trabalho remunerado, fora de casa.

Após o surgimento desse movimento, outros começaram a surgir e com eles, abordagens pedagógicas e didáticas para o cuidado infantil. Essa cultura do cuidado feminino parte de uma crença machista e misógina, isso fez fortalecer a crença na educação escolar de que só a mulher é responsável para conduzir uma sala de aula com crianças pequenas, com menos de 6 anos de idade, e muitos passaram a reproduzir, por exemplo, o pensamento da necessidade dessa criança de acompanhamento no banheiro ou em outros ambientes nos quais só a presença feminina seria capaz de solucionar ou resolver. É o que nos aponta Deborah Thomé Sayão (2005) a seguir:

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com cuidados corporais de meninos e meninas. (...) os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (SAYÃO, 2005, p.16).

A ideia separatista que divide a função de mulher e de homem na atividade do educar e do cuidar infantil já está mais que ultrapassada, fortificar esses pensamentos arcaicos só nos mostra o quanto estamos atrasados em relação a evolução, o mundo evoluiu e continua evoluindo com o passar dos anos, e não reconhecer as contribuições da presença masculina nesse campo é um retrocesso. Ao homem passou-se a negação do direito de cuidar, pois ele é visto como o forte e viril não caberia nesse papel, e a função do cuidar e proteger se deu às mulheres, já que são vistas como frágeis.

Entendemos que está mais que na hora de bater de frente com esses padrões e construir uma nova educação infantil, um ambiente onde os pedagogos homens possam ser valorizados pelo seu profissionalismo e não julgados pelo fato de serem homens e escolherem atuar na área.

Numa análise crítica desse fenômeno, percebemos que as ideias de classificação dos trabalhos como de mulher ou homem, implica em reservar grande autonomia e melhores cargos e salários ao homem, subjugando a mulher, direcionando-a para um lugar determinado, o trabalho em casa, seja cuidando dos filhos ou do marido, ou em espaços do mercado de menor prestígio, de baixos salários, com pouca valorização.

A sociedade classifica e hierarquiza esses serviços e fazem do homem um ser que não se encaixaria em posições que são provenientes ocupadas por mulheres, num imaginário de exigência de pouca formação, ou pouca qualificação para seu desempenho profissional, como no caso do ensino infantil, que, ao contrário, requer uma formação sólida, consistente, com amplo conhecimento e preparação para esse nível educacional.

De acordo com Sayão (apud TRONTO, 2005, p.169), o cuidado requer responsabilidade e compromisso contínuo onde a palavra *care* uma palavra proveniente do inglês que significava carga, assumir uma carga o que implicava em sacrifício, empenho e envolvimento emocional e de energia em relação ao objeto de cuidado.

Levados a pensar nisso podemos notar o quanto o significado da palavra cuidar pode ter um peso em relação ao confiar ou não seu filho a um responsável, ao homem, no qual foi negado o fato da responsabilidade para o cuidar da criança, ao contrário da mulher, que desde a infância lhe é confiado a responsabilidade do cuidar da família, dos irmãos e irmãs pequenos, e esses são alguns dos paradigmas que fortalecem a ideia da incapacidade masculina na experiência formativa na escola.

É possível dizer que a educação infantil é um lugar para homens e mulheres. Ela é um importante espaço de socialização, de formação humana e de descoberta do mundo. (RODRIGUES,2016. p.15)

As contribuições atribuídas a presença masculina em sala de aula com crianças na educação infantil são bastante significativas, é a quebra do tabu em que homem não pode trabalhar na educação infantil, que o mesmo não pode cuidar de crianças, que o professor homem é mais carrasco, mas, contudo, sabemos da importância e diferença a presença deles pode gerar na educação dessas crianças, trabalhar a quebra de certos paradigmas que fortalecem preconceitos e desigualdades de gênero, e se difundem tanto na educação, quanto na sociedade.

### **5. Superando Estigmas na Educação Infantil**

Para além de todos os desafios vivenciados na educação infantil, que são diversos, a presença e atuação do pedagogo homem na sala de aula torna um pouco mais complexo a vivência e experiência neste campo. O pedagogo homem também está em busca do seu espaço neste nível de ensino, e a escola pode se tornar um ambiente hostil a este por conta dos preconceitos e estigmas que acompanham essa rejeição da presença e permanência do professor homem em sala de aula da educação infantil.

Como vimos discutindo ao longo desta comunicação, a sociedade nos fez acreditar que o cuidar e educar uma criança é e deve ser da mulher, que só ela tem o instinto maternal, e por isso é tão difícil para um homem permanecer na educação infantil.

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. (SAYÃO, 2005, p. 16).

O cuidar de uma criança na educação infantil vai muito além da sala de aula, ao dar banho, a troca de fralda, dar comida é algo comum nessa fase da educação, por isso o receio não só das escolas, porém, também, das famílias, o receio por abusos ou algum mau trato é um dos fatores que levam muitos profissionais a desistirem do magistério. Em muitos casos a escola e as famílias proíbem o contato das crianças com o professor, ou até mesmo limitam esses profissionais como forma de proteção, para além das desconfianças do seu caráter tem os questionamentos sobre sua sexualidade, algo inconcebível no ambiente escolar.

De acordo com Alessandra Arce (2004), Froebel idealizou uma educação que possibilitasse ao indivíduo desde a primeira infância, descobrir-se como criatura, ao mesmo tempo, capaz de criar, imitando o ato criativo de seu criador. Sendo assim, o alicerce da educação estaria na unidade vital e nos processos de exteriorização e interiorização. O último diz respeito ao conhecimento que a criança recebe do exterior para o seu interior, seguindo uma sequência que deve passar do mais simples ao composto, do concreto ao abstrato, do conhecido ao desconhecido.

Os instrumentos de mediação desse processo são a atividade e a reflexão que garante que os conhecimentos brotem, sejam descobertos pela criança da forma mais natural possível, muito embora, sabemos que é necessário uma formação sólida e substancial para atuar na sala de aula para desenvolver determinadas práticas educativas com crianças pequenas, inclusive.

Já o processo de exteriorização é aquele em que a criança exterioriza o seu interior, e para tal necessita trabalhar em coisas concretas como o jogo, a arte, que são fontes de exteriorização. Esse processo possibilita à criança a autoconsciência do seu ser, passa a conhecer-se melhor. Para tanto, o educador, a educadora deve estar atento/atenta aos dois processos, “pois toda atividade externa infantil é fruto da atividade interna. Para Froebel as crianças deveriam ser deixadas livres para expressar toda a sua riqueza interior, fruto da sua essência humana, por meio das artes plásticas e do jogo como atividade naturalmente infantil” (STEMMER, 2012, p. 15).

O jogo seria o grande instrumento capaz de realizar o autoconhecimento com liberdade, que juntamente aos brinquedos mediará o processo através do exercício de exteriorização e interiorização da essência divina presente em cada criança.

Sande (2011)<sup>8</sup> reafirma nessa mesma linha de pensamento que os oito anos da infância são de extrema importância na aprendizagem da criança, pois neste período as crianças aprendem mais

---

<sup>8</sup> Ver acesso: <http://eliassantaylor85.blogspot.com/2011/03/crianca-na-perspectiva-africana.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.



rápido do que em qualquer outro período. Os bebês e as crianças pequenas desenvolvem-se mais rapidamente e aprendem mais depressa quando recebem amor, afeto, atenção, estímulo mental, bem como refeições nutritivas e bons cuidados de saúde. O fator que mais influencia a aprendizagem é a linguagem.

Dito de outro modo, a promoção do crescimento e do desenvolvimento infantil saudável na instituição educativa está baseada no desenvolvimento de todas as atitudes e procedimentos que atendem as necessidades de afeto, alimentação, segurança e integridade corporal e psíquica durante o período em que elas permanecem na instituição (BRASIL, 1998, p. 50-51)

Como vimos, até mesmo as brincadeiras, os brinquedos e os jogos livres em sala de aula de educação infantil possuem um objetivo e significado para quem assume a docência e para a criança, na qual exige, minimamente, conhecimentos científicos que venham garantir o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, e social da criança. É importante ressaltar que tais elementos devem ser considerados para a discussão sobre a valorização de cargos e salário do/da profissional do magistério na educação infantil. Ademais, é importante salientar que são funções especificamente humanas, livre de determinações de gênero/sexo.

O sistema educacional para crianças no Brasil surgiu mediante muitas exigências e expectativas, onde para o além de cuidar as crianças teriam que ser educadas para a vida, no qual o termo “se tornar uma pessoa de bem” era bastante utilizado, em algumas resoluções educacionais, salientava-se o anseio pelo patriotismo, onde se acreditava que era a partir da infância que se construía esse tipo de pensamentos e postura.

Um exemplo de intelectual brasileiro a reconhecer a necessidade dos jardins-de-infância foi Rui Barbosa, que em 1882 em seu parecer sobre a reforma do ensino dedica um capítulo ao estudo do Jardim-de-Infância, defendendo sua implantação e enaltecendo a sua importância enquanto primeiro estágio do ensino primário. (ARCE, 2004, p. 5).

No ano de 1870 começaram a chegar as Instituições de Educação Infantil (Creches, Jardins-de-Infância e escolas maternas), no ano de 1875 é fundada a primeira creche privada no Brasil, a princípio o sistema educacional infantil era algo muito classista, no qual parte do

regulamento fazia várias distinções e exigências para a ocupação das vagas, por isso os primeiros a terem acesso foram filhos vindos de famílias ricas, os textos faziam a exclusão de crianças doentes e sem o sistema vacinal atualizado, crianças com deficiências, ou com alguma outra doença.

Esse mesmo sistema e ideologia propagados por Friedrich Froebel (apud ARCE, 2004) onde o mesmo defendia que o ensino infantil deveria se destinar as mulheres por serem mães e saberem cuidar dos filhos, onde o mesmo acreditava que para cada situação vivenciada pela mulher ela deveria ou não contar com a aprovação de terceiros para a atuação em sala.

O Jardim-de-Infância para Froebel não poderia prescindir da mulher definida pelo seu papel de mãe em seu cotidiano. Froebel em toda sua obra procura conclamar as mulheres de sua época a assumirem a maternidade e a educação da primeira infância, insistindo na bênção que é ser mãe e na importância da criança como semente da divindade. Como no Jardim as crianças ficariam privadas de suas mães, as jardineiras, ou seja, outras mulheres/mães seriam as suas representantes. (ARCE, 2004, p.19).

Mesmo diante da necessidade de se ter mulheres na área a distinção e o segregacionismo proporcionado pelo machismo se torna visível durante essa fase da educação, a forma como assemelham a maternidade com a educação chega a ser cruel, onde para se ter acesso ao magistério era preciso se ter um filho para saber cuidar do filho dos outros, o papel que foi destinado às solteiras deixa bem claro o quanto esse sistema se iniciou de forma segregacionista, onde de início separava as mulheres e excluía totalmente os homens, onde podemos concluir que pelo fato de não gerarem e cuidar de um filhos o mesmo não estaria capacitado para atuar na educação infantil.

Ao longo da nossa formação enquanto seres humanos vivendo em sociedade, somos ensinados de que haja trabalhos femininos e masculinos e que quando passam a exercer algo que não é tido como do seu gênero, esses indivíduos são julgados por essa sociedade, essa divisão de trabalho veio junto com o colonizador e se enraizou em nossa cultura. Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) essa temática da divisão de trabalho foi bastante defendida por seus aliados e apoiadores, onde uma de suas ministras defendia as cores relacionadas ao sexo da criança “meninos vestem azul e as meninas vestem rosa”, isso nos leva a pensar o quanto

essa divisão e segregação não ficou apenas na colonização, que mesmo durante anos de luta esse tipo de discurso é aceito e apoiado por diversas pessoas.

Observando a questão mais de perto, em “O mito da masculinidade”, Nolasco (1993) entende que ao longo da vida um homem se envolverá em experiências que lhe ensinarão a desempenhar o papel social masculino. Desta forma, desde a infância “[...] ele é estimulado a se afastar de suas experiências interiores, ao mesmo tempo em que é pressionado a obter o melhor desempenho no que faz. (NOLASCO, 1993, p.22). Assim, os meninos crescem assimilando a ideia de que com o trabalho serão reconhecidos como homens. (Id. p.50) (STRAIOTTO, 2017, p. 31).

Com isso podemos observar o quanto essa ideia da divisão de trabalho molda a sociedade, quando negamos a uma criança o direito de chorar, pois esse ato o torna fraco ou o reprimimos quando o mesmo perde para uma menina, estamos perpetuando esse pensamento misógino. A sociedade molda o homem para se sentir superior a mulher, quando o mesmo falha ele é tido como fraco. Na divisão trabalhista podemos notar o quanto os trabalhos tidos como “leves” e menos relevantes são ocupados em sua grande maioria por mulheres, e quando tentam ser ocupados por homens têm uma grande rejeição social.

Na busca por igualdade dentro do magistério o homem enfrenta algumas resistências sociais, as mesmas os levam a desistir de lecionar e os levam para dentro das secretarias, onde o contato com as crianças se torna reduzido, essa é uma das maneiras que os mesmos encontram para permanecerem na área.

Por outro lado, a conformação do curso de Pedagogia à educação destinada às crianças e à gestão do espaço escolar, se amalgamaria ao discurso que relacionava mulher e docência, terminando por “naturalizar” o curso como uma opção profissional eminentemente feminina. Desta forma seriam raros os homens que se disporem a ingressar em cursos superiores de Pedagogia e mais raros ainda aqueles que, formados, se dedicariam à educação infantil. (STRAIOTT, 2017, p. 39).

Diante das dificuldades enfrentadas é rara a permanência desse profissional na educação infantil, quando não são direcionados para outros cargos dentro das instituições os mesmos buscam outras oportunidades fora dos muros da escola, mediante esse pensamento hereditário e retrógrado muitos homens desistem da graduação em pedagogia, não se trata apenas dos

desafios que serão enfrentados, mas da falta de oportunidades que lhes são geradas após o término do curso.

É importante chamar a atenção para o projeto de lei n 1.174 (PL 1174/2019) que visa excluir o homem dos cuidados com as crianças na educação infantil e garantindo que essa ação seja desenvolvida por uma profissional do sexo feminino nas escolas de São Paulo, o projeto foi criado e defendido pelas deputadas estaduais, Janaina Paschoal, Leticia Aguiar e Valéria Bolsonaro ambas filiadas ao Partido Social Liberal (PSL). Essa proposta de Lei é um regresso por tudo já conquistado até aqui, sabemos que a luta por igualdade tanto salarial quanto de oportunidades igualitárias é histórica, é um elemento presente desde a formação da sociedade brasileira, para a garantia de que o pedagogo possa desenvolver sua atividade docente, assim como as demais colegas de profissão de maneira igualitária.

## **6. Considerações finais**

O presente trabalho aqui apresentado teve como objetivo refletir sobre a presença do pedagogo na educação infantil, assim como, compreender como foram atribuídas às mulheres a função de cuidadoras no magistério. Percebemos que desde o início da educação escolar no Brasil sob a grande influência do capitalismo na nossa sociedade, estigmas e preconceitos historicamente construídos e amplamente difundidos em diferentes momentos da nossa história se perpetuam nos dias atuais.

Mesmo diante de tantos avanços, nossa sociedade ainda enfrenta desafios quando o assunto é igualdade de gênero; aqui abordamos como essa luta vem sendo travada e ainda resiste a tantos percalços. A educação é uma das únicas maneiras de enfrentarmos esses desafios, e a luta pela igualdade e diversidade de gênero na educação infantil é a mais rica forma de contribuição para uma sociedade humanamente organizada.

Portanto podemos perceber a importância de se debater essa temática, ainda desvalorizada, pois é preciso superar as estruturas patriarcais, que perpetuam o machismo e a misoginia, que

guarda uma intrínseca relação com a desvalorização com a atividade docente feminina na educação infantil, com os baixos salários e desvalorização da carreira do magistério, limitando o ato de educar e cuidar tão somente às mulheres, como se tal ato educativo fosse tarefa apenas do feminino.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, nos vimos diante de uma escassez de estudos voltados para a temática, principalmente sobre as análises sobre o gênero na educação infantil, compreendemos que as contribuições deste artigo ou que poderão surgir em decorrência delas, poderão atuar no sentido dos avanços sobre a compreensão dos reais determinantes acerca da negação do papel do pedagogo do sexo masculino, na qual se desdobra na não atuação do mesmo nos espaços da educação infantil.

Acreditamos também que a pesquisa poderá contribuir para a discussão sobre a aceitação das famílias das crianças atendidas, bem como por parte da gestão educacional e docentes, da presença e permanência de um pedagogo do sexo masculino em sala de aula da educação infantil, ademais, essa presença poderá proporcionar muitas experiências e vivências que no futuro farão muita diferença na vida estudantil das crianças a partir desse nível de ensino.

A luta pela igualdade e diversidade de gênero na educação infantil é histórica e necessária para a construção de uma sociedade na qual possibilite o desenvolvimento das potencialidades humanas, sem limitar a tarefa de educar e cuidar para um determinado sexo, o feminino.

Encontrar formas de enfrentamento de tais problemáticas e presenciar a superação das mesmas não serão geradas do dia para a noite, pois a mesma requer muito diálogo e a quebra de paradigmas, e a educação poderá dar uma importante contribuição nesse processo de humanização.

Educar uma sociedade para a revisão de seus paradigmas e formas de pensar e de se relacionar não é algo fácil, requer muito diálogo, persistência e resistência, mas, por enquanto, descobrir o que os motiva a continuar e a acreditar na educação é o primeiro passo para assim rever novas

relações sociais, com a genuína humanidade que o processo educativo requer, bem como incentivar os recém licenciados a buscarem a educação infantil.

## Referências

ALVES, Luiz Henrique Peres Scheffer; BACKES, Benicio. O docente homem na educação infantil: trajetórias e desafios de uma experiência. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 42890-42911, 2021. Disponível em <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

ARCE, Alessandra; VALDEZ, Diane. A primeira infância vai à escola: o regulamento do jardim da infância. Goiás/1928. **Revista História da Educação**, v. 8, n. 16, p. 129-151, 2004. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 9 de junho de 2022

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

FÁVARO, Jéssica Daniele; ROSSI, Célia Regina. “Vai ser um professor?!”: estranhamentos perante a figura do professor do sexo masculino na Educação Infantil. **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 529-557, 2020. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 22 de novembro 2022.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Mulheres e educação no Brasil-colônia**: histórias entrecruzadas. HISTEDBR, Navegando na história da educação brasileira, 2006. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

SANTOS, Guilherme Rodrigues dos. et al. **O homem na educação infantil**: a busca de um lugar num espaço ainda feminino. 2016. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei Complementar PLC 1174, de 2019.** Confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil. Assembleia Legislativa. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>. Acesso em 24 ago. 2020.

SAYÃO, Thomé Débora. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil:** um estudo de professores em creches. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2005. 274 fls. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

STEMMER, M.R.G. **Educação Infantil:** gênese e perspectiva. In: ARCE, A & JACOMELI, M.R.M. (Orgs). Educação Infantil Versus Educação escolar? Entre a (des) escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas: SP, Autores Associados, 2012.

STRAIOTTO, Débora Silva. **"...E eu pensei: o que estou fazendo aqui?!"** homens egressos do curso de pedagogia: estabelecimento e deslocamento na profissão." (2017). Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Infância, escola e pobreza.** São Paulo: Editora Autores Associados, 2002. 116 p. Livro físico.